

Nota Informativa 11/02/2026

Índia – a mais recente potência asiática em expansão

A presente nota foi elaborada com o objetivo de dar a conhecer o novo acordo comercial estabelecido entre a União Europeia e a Índia em janeiro de 2026. Para tal, pretendeu-se fazer uma breve caracterização das dinâmicas da economia indiana, assim como elaborar no que toca a perspetivas para a sua evolução. Adicionalmente, detalhamos a exposição de Portugal a este país em termos de comércio internacional.

Índia sobressai no grupo dos países emergentes

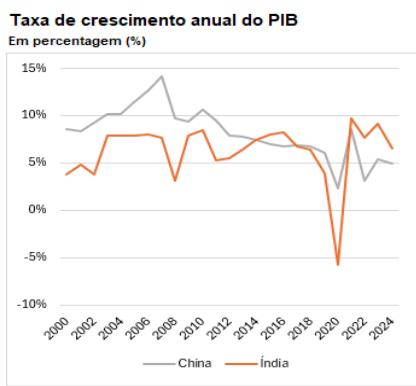
Impulsionada pela sólida procura interna e por políticas macroeconómicas eficazes, a economia da Índia mantém uma trajetória de crescimento robusta. De acordo com o mais recente *World Economic Outlook*¹, o FMI estima que o PIB indiano tenha crescido 7,3% em termos anuais em 2025 (+0,8 p.p. do que em 2024), e perspetiva que o crescimento em 2026 atinja os 6,4%, superando significativamente a média mundial de 3,3% e consolidando o país na liderança das grandes economias emergentes.

Indicadores macroeconómicos para a Índia e respetivas previsões	Média 2010 - 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*	2026*	2027*	Média 2028* - 2030*
Crescimento do PIB (anual, %)	6,7	-5,8	9,7	7,6	9,2	6,5	7,3	6,4	6,4	6,5
PIB per capita, preços correntes (milhares de USD)	1,6	1,9	2,2	2,4	2,5	2,7	2,8	3,1	3,3	4,0
População (mil milhões de indivíduos)	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
Inflação final do período, CPI (anual, %)	6,3	4,9	6,3	6,2	5,0	3,7	3,3	4,4	4,0	4,0
Dívida pública (% PIB)	69,2	88,4	83,5	82,2	80,7	81,6	81,4	80,8	80,0	78,0
Balança corrente (% PIB)	-2,1	0,9	-1,2	-2,0	-0,7	-0,6	-1,0	-1,4	-1,6	-1,8

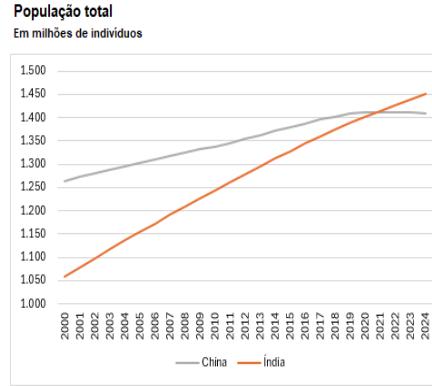
Nota (*): Os anos a partir de 2025 constituem previsões

Fonte: BPI Research, com base em dados do FMI

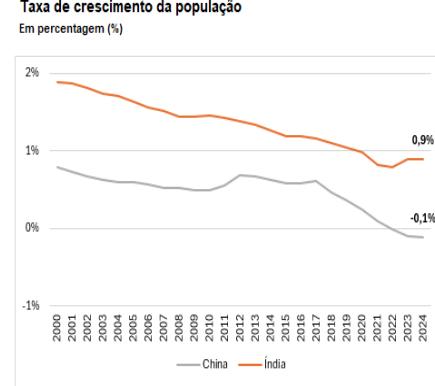
A Índia é atualmente o país mais populoso do mundo, contando com 1,46 mil milhões de habitantes em 2025. O número de habitantes deste país superou pela primeira vez o da China em 2021, cuja população tem reduzido desde 2022, em reflexo de uma baixa taxa de natalidade e do grau de envelhecimento. Prevê-se que a população indiana continue a crescer a um bom ritmo durante o século XXI, suportado pela sua estrutura jovem. Esta demografia beneficia o crescimento económico do país, estimulando a procura interna, o consumo e o investimento, tendo ainda servido de amortecedor aos choques externos. O PIB da Índia tem registado crescimentos anuais em torno dos 7% (com exceção de 2020, onde foi registada uma contração de 5,8% em resultado dos efeitos da pandemia), superando consecutivamente a taxa de crescimento do PIB chinês desde 2021. Este expressivo ritmo de crescimento é resultado do peso crescente dos serviços, que em 2024 representavam quase 50% do PIB².



Fonte: BPI Research, com base em dados do World Bank



Fonte: BPI Research, com base em dados do World Bank



Fonte: BPI Research, com base em dados do World Bank

¹ Ver publicação completa [aqui](#).

² Para mais informações, analisar o Focus “Índia: a roda do dharma no caminho do desenvolvimento” do [IM05 2025](#).

No entanto, nem todos os aspectos são positivos, nomeadamente no domínio do mercado de trabalho³. De facto, cerca de metade da população empregada trabalha em setores de baixa produtividade (por exemplo, agricultura, construção civil e comércio), com a informalidade no trabalho a atingir quase 90% para o conjunto do país. A baixa participação no mercado de trabalho também é um fator que inibe a sua atividade económica potencial, fixando-se em 56% em 2024 (em resultado da baixa participação das mulheres). Outro aspecto relevante é o facto de o PIB per capita situar-se perto dos 2.500 dólares em 2025, colocando a economia Indiana no grupo de países de rendimento médio-baixo. Apesar destas vulnerabilidades, o crescimento anual médio desde 2010 (e excluindo os anos de 2020 e 2021) fixou-se em 6,8%, mais 0,5 p.p. do que o registado entre 2000-2009. Analisando o valor acrescentado por setor de atividade económica, conclui-se que tem havido uma substituição do contributo do setor agrícola (cujo VAB passou de 25,7% do PIB em média na década de 90 para 16,7% do PIB entre 2010-2019) pelo setor dos serviços (que viu o seu VAB aumentar de 38,5% do PIB para 47,3% do PIB entre a década de 90 e o período 2010-2019).

Evolução de indicadores económicos na Índia

Indicador	Unidade	Média 1990-1999	Média 2000-2009	Média 2010-2019
Crescimento anual do PIB real	%	5,8	6,3	6,7
VAB agricultura	% PIB	25,7	18,5	16,7
VAB indústria	% PIB	16,4	16,3	15,3
VAB serviços	% PIB	38,5	44,4	47,3
Inflação, IPC	%	9,5	5,5	6,8
IDE	% PIB	0,4	1,6	1,7
Importações de bens e serviços	% PIB	10,8	20,5	25,3
Importações de combustíveis	% imp. de bens	26,3	32,9	32,6
Exportações de bens e serviços	% PIB	9,9	17,9	21,6
Exportações de bens industriais	% exp. de bens	73,9	70,6	65,9
Exportações de bens alimentares	% exp. de bens	16,8	10,5	10,5

Fonte: BPI Research, com base nos dados do World Bank

Evolução de indicadores demográficos, de educação e de saúde na Índia

Indicador	Unidade	Média 1990-1999	Média 2000-2009	Média 2010-2019
Taxa de fertilidade	Nr. de filhos	3,7	3,0	2,3
População urbana	% total	26,5	29,1	32,6
População em pobreza	% total	48,0	37,1	16,3
Despesa pública em educação	% PIB	3,8	3,5	4,0
Taxa de alfabetização	%	48,0	62,0	69,0
Despesa corrente com saúde	% PIB	-	3,8	3,3
Camas em hospital	Nr. por mil habitantes	0,8	1,8	1,6

Fonte: BPI Research, com base nos dados do World Bank

Outro ponto relevante é a análise da demografia, do setor da educação e da área da saúde, permitindo estabelecer conclusões sobre a qualidade de vida e o estado de desenvolvimento da sociedade de um país (capital humano). Os principais indicadores demonstram que o peso da população Indiana a residir em áreas urbanas tem vindo a crescer ao longo das décadas, no entanto grande parte das pessoas continua a residir em

³ Para mais informações, analisar o Focus “Índia vs. China: uma perspetiva de crescimento” do IM07 2025.

zonas rurais. O nível de pobreza mantém-se elevado (em média, 16,3% da população indiana vivia em situação de pobreza entre 2010-2019), no entanto é notória a melhoria deste indicador. Um dos principais motivos para a redução da taxa de pobreza neste país foi o investimento em infraestruturas de forma a promover a conectividade rural, entre os quais a eletrificação de aldeias localizadas em meios rurais, criação de programas de saneamento básico e expansão de rodovias. Os níveis de educação da população indiana têm melhorado ao longo do tempo, apesar da taxa de alfabetização continuar abaixo do desejado. São ainda evidentes fragilidades estruturais nos indicadores relativos à educação e saúde, onde os investimentos nestas áreas não têm sido manifestamente suficientes para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

No entanto, a política económica levada a cabo pelo governo de Modi (no cargo desde maio de 2014) consolidou a Índia como um exemplo de estabilização financeira, focando-se em três pilares principais:

- **Controlo da inflação:** o país conseguiu manter a inflação dentro da meta estabelecida (entre 2%-6%), em resultado de uma política monetária rigorosa e um Banco Central com maior credibilidade, que não hesitou em subir as taxas de juro quando necessário para controlar os preços, especialmente nos bens alimentares;
- **Resiliência cambial e externa:** a Índia fortaleceu a sua posição global ao aumentar as suas reservas estrangeiras, o que protegeu a rúpia (moeda local) contra crises, mantendo ao mesmo tempo a dívida externa estabilizada;
- **Flexibilização:** as medidas adotadas aumentaram a confiança nos mercados, permitindo que, após a estabilização, o país iniciasse uma trajetória de redução das taxas de juro, o que favorece o investimento e o consumo.

Uma das principais debilidades da economia indiana são as contas externas. Este país evidencia um persistente défice na sua balança corrente, uma vez que apesar de exportar sobretudo serviços de alta tecnologia e eletrónicos, isso não compensa a alta dependência de importações de bens de consumo e serviços básicos. Adicionalmente, o setor industrial indiano ainda é pouco expressivo, devido às barreiras ao investimento direto estrangeiro e aos elevados custos e burocracia para importar componentes essenciais (bens intermédios). Com isso em mente, o governo tem apostado em programas como o *Make in India* e *Production-Linked Incentive* com o objetivo de integrar o país às cadeias de produção mundiais. Mas irá a Índia ser capaz de se tornar na nova China?

Fatores que impulsionam o crescimento indiano e perspetivas para o futuro

De acordo com os principais organismos internacionais, é projetado que a economia indiana cresça acima dos 6% nos próximos anos (por exemplo, o FMI estima um crescimento de 6,4% em 2026 e 2027), suportada pelo crescimento dos salários reais e redução de impostos sobre o consumo, num ambiente de baixa inflação, que mais do que compensará o impacto do aumento das tarifas sobre as exportações para os EUA. Neste último ponto existem novidades recentes: as tarifas aduaneiras impostas às exportações para os EUA sofrerão uma redução (ao passar de 50% para 18%) em resultado de um acordo alcançado entre os dois executivos em fevereiro de 2026⁴, com a Índia a suspender as importações de petróleo russo (passando a comprar aos EUA) e reduzir barreiras comerciais. O governo de Modi comprometeu-se ainda a adquirir produtos americanos numa maior escala, além de um plano para investir mais de 500 mil milhões de dólares na compra de energia, tecnologia e produtos agrícolas aos EUA.

Por outro lado, o investimento será sustentado na diminuição de custos de financiamento e é esperado que a inflação irá gradualmente convergir para a meta dos 4%. Este ambiente económico controlado irá possibilitar novos cortes nas taxas de juro da política monetária⁵. Adicionalmente, o investimento público manter-se-á forte e encorajará a participação do setor privado através de parcerias com o objetivo de acelerar projetos de desenvolvimento de infraestruturas. O governo espera ainda diminuir o défice orçamental (de 4,9% do PIB em 2025 para 4,5% do PIB em 2026).

⁴ Para mais informações sobre o acordo comercial estabelecido com os EUA, consultar a respetiva [notícia](#).

⁵ A taxa de juro de política monetária reduziu de 6,5% (em janeiro de 2025) para 5,25% (em dezembro de 2025).

De modo a garantir um crescimento económico sustentado, a OCDE elenca um conjunto de medidas que devem ser adotadas, nomeadamente a harmonização de regulações de modo a melhorar a coordenação entre os diferentes níveis do governo, reduzindo os custos administrativos, aumentando a transparéncia e fomentando um ambiente empresarial mais competitivo. A integração comercial da Índia deve ser aprofundada com novas parcerias e acordos de comércio bilaterais (no próximo ponto, iremos explorar o acordo comercial alcançado com a União Europeia), enquanto deve manter-se focada na simplificação de processos ao nível das alfândegas.

UE e Índia finalizam, como apelidou von der Leyen, a “mãe de todos os acordos comerciais”

De acordo com a Comissão Europeia⁶, a União Europeia consolida-se como o principal parceiro comercial da Índia, movimentando 120 mil milhões de euros em bens em 2024, o que equivale a 11,5% do comércio indiano, embora a Índia represente apenas 2,4% das trocas comerciais da UE. O fluxo comercial é marcado por um défice recorrente para os europeus, que atingiu 22,5 mil milhões de euros em bens e 7,9 mil milhões em serviços em 2024. Enquanto a Índia importa da UE sobretudo máquinas, produtos químicos e têxteis, as exportações para o mercado europeu focam-se em maquinaria, equipamentos de transporte e químicos, sustentadas pela presença de cerca de 6.000 empresas europeias no país.

No final de janeiro de 2026, a Índia e a União Europeia oficializaram um pacto de comércio histórico. O acordo prevê a eliminação ou redução de taxas aduaneiras em 96,6% das exportações, gerando uma poupança estimada de 4 mil milhões de euros. Além do benefício financeiro, o entendimento simplifica os procedimentos alfandegários para tornar o comércio mais ágil e menos dispendioso, incluindo um capítulo dedicado às PME para facilitar o acesso a informações sobre como operar em ambos os mercados. Por fim, o documento garante um elevado nível de proteção aos direitos de propriedade intelectual.

A liberalização comercial entre os dois blocos foca na redução drástica de tarifas, com destaque para o setor automóvel, onde as taxas baixam de 110% para 10% sob uma generosa quota anual de 250 mil unidades. No setor industrial, produtos como máquinas, material elétrico, aeronaves e equipamentos médicos terão suas tarifas reduzidas a zero na maioria dos casos. O setor agroalimentar também será beneficiado, com a eliminação total de taxas em alimentos processados e uma redução de mais de metade do valor aplicado à cerveja.

Para equilibrar o acordo, a Comissão Europeia e a Índia optaram por excluir os produtos comercialmente mais "sensíveis" da liberalização total. Assim, a UE irá manter as tarifas atuais sobre a importação de itens como carne de vaca, aves, açúcar, arroz, leite em pó, mel, bananas, alho e etanol. Adicionalmente, o entendimento estabelece quotas específicas para a entrada de outros produtos no mercado europeu, limitando o volume de importação de carne de ovelha e cabra, uvas e pepino. No domínio dos serviços, as empresas europeias terão acesso privilegiado ao mercado indiano, nomeadamente no que toca a serviços financeiros e de transporte marítimo.

Trocas comerciais com Portugal

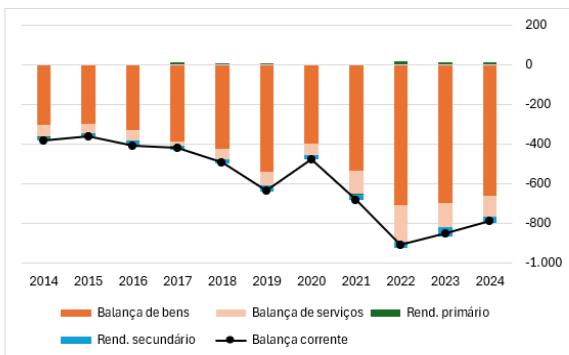
As relações comerciais entre Portugal e a Índia têm aumentado de dinamismo ao longo da última década, no entanto Portugal importa mais do que exporta face a este país, resultando em sucessivos défices na balança corrente face à potência asiática. Em 2024, o défice comercial atingiu os 791 milhões de euros, um aumento de 106% face ao défice registado em 2014. A deterioração do saldo é justificada pelo aumento em 116% do défice da balança de bens (com as importações a aumentarem 112%, ao passo que as exportações cresceram 97%). A balança de serviços também viu o seu saldo a agravar-se em 78% nos últimos dez anos.

Em 2014, Portugal realizou compras na ordem dos 492 milhões de euros em bens oriundos da Índia, ao passo que as exportações portuguesas para esse país se fixaram em 95 milhões de euros. Nesse ano, a Índia era o 20º e o 41º parceiro comercial mais relevante para Portugal em termos de importações e exportações de bens, respectivamente. Em 2024, o asiático passou a ocupar a 16ª posição como origem das importações (subida de 4 lugares) e a 40ª posição (subida de 1 lugar) como destino das exportações portuguesas. Em termos relativos e para 2024, 3,9% das importações portuguesas com origem em países não pertencentes à UE eram provenientes

⁶ Fonte: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/india_en

da Índia, ocupando o 8.º lugar nesse conjunto de países. A Índia era ainda o destino de 0,8% das exportações nacionais para fora da comunidade europeia.

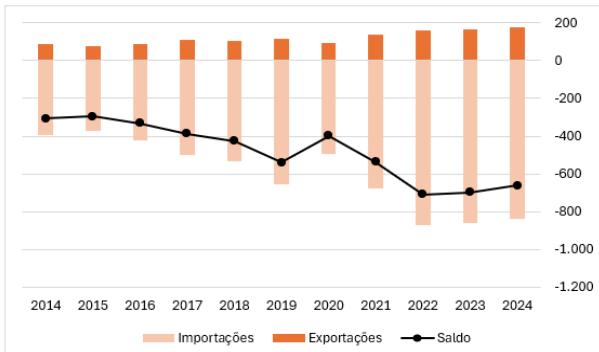
Balança corrente de Portugal face à Índia, por componente
Valores acumulados no ano (em milhões de euros)



Fonte: BPI Research, com base em dados do Banco de Portugal

Exportações e importações de bens face à Índia

Valores acumulados no ano (em milhões de euros)



Fonte: BPI Research, com base em dados do Banco de Portugal

Detalhando as trocas comerciais ao nível dos produtos, conclui-se que os principais produtos adquiridos à Índia por Portugal em 2024 eram os produtos têxteis (17% das importações oriundas da Índia), metais de base (14%) e produtos químicos (11%). No que toca às exportações, o principal produto vendido à Índia em 2024 foi papel & cartão (22% do total das exportações para esse país), ao passo que em 2014 os principais produtos exportados eram alimentos (9%).

Importações (2014)

Tipo de produto	Valor (milhões de euros)	Peso (%)
Têxteis	131	12%
Químicos	71	7%
Alimentares	49	5%
Couro	43	4%
Metais de base	41	4%

Importações (2024)

Tipo de produto	Valor (milhões de euros)	Peso (%)
Têxteis	178	17%
Metais de base	145	14%
Químicos	121	11%
Informáticos & eletrónicos	87	8%
Coque & refinados	78	7%

Exportações (2014)

Tipo de produto	Valor (milhões de euros)	Peso (%)
Alimentares	17	9%
Petróleo bruto e gás natural	10	6%
Serviços criativos	10	6%
Automóveis	8	4%
Coque & refinados	7	4%

Exportações (2024)

Tipo de produto	Valor (milhões de euros)	Peso (%)
Papel & cartão	40	22%
Serviços de resíduos	23	13%
Químicos	20	11%
Máquinas & equipamentos	19	11%
Equipamento elétrico	11	6%

Fonte: BPI Research, a partir de dados do INE

Mas como é que Portugal poderá tirar vantagens do acordo de livre comércio alcançado? Com a entrada em vigor do novo acordo, produtos relevantes do setor agroalimentar português ganham fôlego na Índia. O setor do azeite caminha para a isenção total de taxas em cinco anos (atualmente associado a uma tarifa de 45%), enquanto o vinho terá uma redução expressiva e imediata da sua tarifa (150% para, no máximo, 30%). Este cenário de maior competitividade estende-se também à indústria de máquinas e bens de equipamento, um dos principais pilares da exportação para a Índia, pois verá as tarifas serem eliminadas ou reduzidas significativamente, facilitando a entrada de tecnologia e produtos transformados portugueses no mercado indiano. As tarifas sobre veículos caem de 110% para 10%, e a maioria dos componentes passará a ter tarifa zero num prazo de 5 a 10 anos. Os produtos químicos e plásticos e também verão as respectivas tarifas reduzidas de 22% para zero.

De acordo com a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), os maiores benefícios não são apenas as vendas diretas, mas sim a redução da dependência de mercados tradicionais (como a UE e os EUA), a integração de Portugal em cadeias globais (facilitando parcerias com fabricantes indianos) e o surgimento de oportunidades para as PME, que agora têm menos custos associados e burocracia para entrar no mercado indiano.

Desta forma, acreditamos que o acordo alcançado poderá contribuir para um aumento das transações comerciais entre Portugal e a Índia, o que pode resultar em alterações, no médio prazo, nas dinâmicas do comércio internacional português. É, por isso, importante continuar a monitorizar estes dados e avaliar futuras tendências no que toca aos movimentos comerciais entre a economia nacional e a nova potência asiática em expansão.

Exportações da UE para a Índia

Categoria de produto	Tarifa pré-acordo	Tarifa pós-acordo
Veículos	110%	10% (com quota de 250 mil unidades/ano)
Vinhos	150%	20% (alta qualidade) / 30% (média qualidade)
Bebidas espirituosas	150%	40%
Cerveja	110%	50%
Bebidas não alcóolicas e sumos de fruta	55%	0% (faseado durante 5 anos)
Máquinas e equipamentos elétricos	até 44%	0% (para quase todos os produtos)
Químicos	até 22%	0%
Farmacêuticos & cosméticos	11%	0%
Carne de borrego	33%	0%
Azeite	45%	0% (faseado durante 5 anos)
Alimentos processados	33% - 50%	0%
Plástico, ferro e aço	até 22%	0%

Exportações da Índia para a UE

Categoria de produto	Tarifa pré-acordo	Tarifa pós-acordo
Têxteis	9% - 12%	0%
Pele e calçado	5% - 17%	0%
Frutos do mar	até 26%	0%
Jóias	variável	0%
Bens de engenharia	até 22%	0%
Químicos	variável	0%
Chá, café e especiarias	variável	0%
Veículos elétricos	variável	0%

Fonte: BPI Research, com base nos dados da Comissão Europeia⁷.

BPI Research, 2026

Pedro Avelar (pedro.alexandre.avelar@bancobpi.pt)

AVISO SOBRE A PUBLICAÇÃO “NOTA INFORMATIVA” DO BPI

Publicação do Banco BPI preparada pela sua Área de Estudos Económicos e Financeiros que contém informações e opiniões provenientes de fontes consideradas confiáveis. O Banco BPI não garante a precisão do mesmo e não é responsável por erros ou omissões neles contidos. Este documento tem um objetivo puramente informativo, razão pela qual o Banco BPI não é responsável, em qualquer caso, pelo uso que dele se faz. Opiniões e estimativas são propriedade da área e podem estar sujeitas a alterações sem aviso prévio.

⁷ Para mais detalhes, consultar o respetivo [comunicado da Comissão Europeia](#).